



MINISTÉRIO DA
DEFESA



MINISTÉRIO DA
DEFESA

Projetos Estratégicos

MINISTÉRIO DA
DEFESA

Projetos Estratégicos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
PROJETOS ESTRATÉGICOS MINISTÉRIO DA DEFESA	6
H-XBR	8
PROJETO PESE	10
PROJETO SGDC	12
PROJETOS ESTRATÉGICOS MARINHA	14
PROSUB	16
PNM	18
PROJETO TAMANDARÉ	20
PROJETOS ESTRATÉGICOS EXÉRCITO	22
SISFRON	24
GUARANI	26
DEFESA CIBERNÉTICA	28
PROJETOS ESTRATÉGICOS FORÇA AÉREA	30
PROJETO F-X2	32
PROJETO KC-390	35

INTRODUÇÃO

A Estratégia Nacional de Defesa (END) tem como um dos seus eixos estruturantes o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), que assegura o atendimento às necessidades de produtos de defesa tecnologicamente avançados e de profissionais altamente capacitados. Essas tecnologias reduzem a dependência externa e mantêm os requisitos operacionais das Forças Armadas Brasileiras.

O papel do Ministério da Defesa (MD), por intermédio da Secretaria de Produtos de Defesa, é alinhar a relação entre as empresas e as Forças Armadas, para o desenvolvimento dessas tecnologias, a industrialização de novos produtos e o seu uso dual (civil e militar) na sociedade brasileira.

Dessa forma, a BID, formada pelo conjunto integrado de empresas públicas e privadas, incentiva o desenvolvimento econômico nacional e contribui com o comércio exterior do País. É responsável por mais de 60 mil empregos diretos, responde por 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e movimenta cerca de R\$ 200 bilhões na economia nacional.

O MD conta com entidades representativas da BID, que se relacionam diretamente com as empresas, como a Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança (ABIMDE), Associação Brasileira de Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e as Federações das Indústrias dos Estados federados, por meio dos seus respectivos Comitês de Defesa (COMDEFESA).

As parcerias estabelecidas alavancam os projetos estratégicos das Forças Armadas, em três setores destacados para a Defesa Nacional – o nuclear, o cibernético e o espacial. O domínio de novas tecnologias e o aumento da produtividade e da diversidade na indústria brasileira asseguram a capacidade operacional das Forças.

O segmento Defesa requer política, economia e estratégia de Estado. Evitar conflitos e preservar a soberania exigem permanente esforço de preparo, para assegurar a prontidão do emprego das Forças Armadas. Somente investimentos continuados de tempo e de recursos nos projetos de modernização das Forças poderão garantir o poder de dissuasão do País.



Projetos Estratégicos

MINISTÉRIO DA DEFESA



H-XBR

O Projeto HX-BR foi criado para dotar a indústria aeroespacial brasileira da tecnologia necessária ao desenvolvimento e produção de helicópteros. A contratação ocorreu para atender de forma conjunta as Forças Armadas e a Presidência da República, em uma iniciativa pioneira. O contrato também garante a transferência e a absorção de tecnologia.

Do total de 50 aeronaves H-225M estipuladas no contrato, 16 são destinadas à Marinha, outras 16 ao Exército e 18 à Força Aérea Brasileira. Dois desses helicópteros atenderão à Presidência da República.

Além da implementação da linha de produção e de toda a capacidade de apoio e manutenção para esse tipo de aeronave, foi concluída a criação de um centro de engenharia de helicópteros na Empresa Helibras. A iniciativa fomenta a produção de componentes pela indústria nacional e possibilita a realização de projetos de modificação de aeronaves em território nacional.

O H-225M realiza missões de transporte tático, de tropas e de cargas, reabastecimento em voo, busca e salvamento em combate, esclarecimento e proteção de superfície marítima. O helicóptero é considerado fundamental para o suporte em situação de calamidade pública, resgate e transporte logístico.

Operando tanto de navios como da terra, essas aeronaves possuem capacidade para qualquer tempo - incluindo voos em condições de gelo - suportada pela compatibilidade com óculos de visão noturna de última geração. O alcance de mais de 280 milhas pode

ser estendido com abastecimento ar-ar.

O primeiro helicóptero foi entregue em 2014, montada e testada no Brasil com sistema de missão desenvolvido com a participação da indústria nacional, que inclui a integração de sensores de guerra eletrônica, armamento e radar marítimo.

Em 2015, a Força Aérea recebeu sua primeira aeronave na versão operacional FAB, com capacidade de autoproteção, reabastecimento em voo, dentre outros equipamentos que ampliam a capacidade operacional da Força, bem como a realização de missões diversificadas.

As duas aeronaves na versão Básica Plus, entregues para a Marinha do Brasil em 2017, possibilitaram a execução de missões de busca e salvamento pela Força Naval.

Até o momento, já foram entregues 34 aeronaves: 10 para a Marinha, 11 para o Exército e 13 para a FAB, incluindo as duas destinadas ao atendimento da Presidência da República.

DEFESA

PROJETO PESE

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE SISTEMAS ESPACIAIS

Assegurar ao Brasil autonomia de produção, lançamento, operação e reposição de sistemas espaciais a partir do desenvolvimento de produtos de uso dual, ou seja, tanto para emprego militar quanto civil, e que impulsionem a capacidade tecnológica e industrial do País. Esse é o objetivo do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), Programa do Ministério da Defesa que estabelece estratégia de implantação de sistemas espaciais, a partir de projetos de desenvolvimento de satélites de comunicações, sensoriamento remoto, geolocalização e veículos lançadores, entre outros.

Conforme estabelece a Estratégia Nacional de Defesa (END), cabe à Força Aérea Brasileira (FAB) a responsabilidade de promover uma série de medidas com o objetivo de garantir a execução desses projetos e a consequente autonomia de produção nacional.

Por suas dimensões territoriais e volume de riquezas naturais, o Brasil demanda por uma série de serviços de comunicações, meteorologia, produção de imagens e dados estratégicos que são obtidos a partir do uso de satélites, que precisam ser de domínio do Estado brasileiro. Além disso, o monitoramento espacial é parte integral e condição indispensável ao cumprimento das tarefas estratégicas que orientarão a FAB, quais sejam: vigilância múltipla e cumulativa e superioridade aérea local.

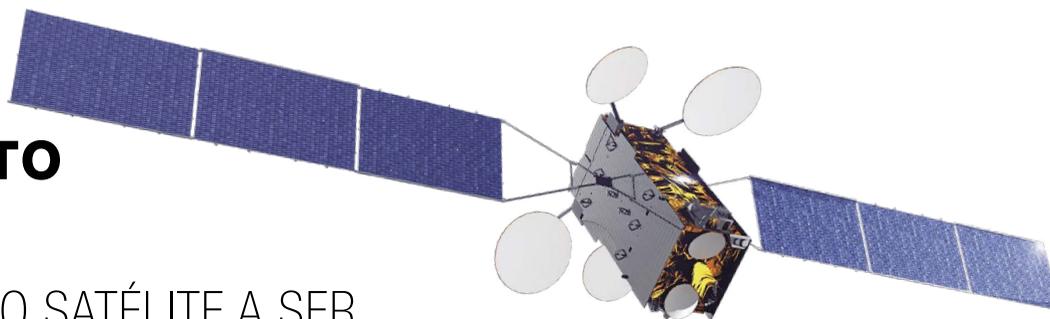
Incluir o País num cenário global, onde poucos detêm a capacidade gerencial, operacional, tecnológica e industrial para fazer uso do espaço, requer esforço coordenado entre diversos segmentos da sociedade. O PESE se apresenta também na perspectiva de unificar esforços para otimizar capacidades materiais e humanas em benefício de toda a sociedade brasileira.



PROJETO SGDC

O PRIMEIRO SATÉLITE A SER
100% CONTROLADO PELO
GOVERNO DARÁ AO PAÍS PLENO
DOMÍNIO DAS INFORMAÇÕES
QUE ORBITAM O TERRITÓRIO
NACIONAL E INTERNET EM
TODO O BRASIL.

Idealizado para fornecer um meio seguro e soberano para as comunicações do governo brasileiro, o Primeiro Satélite Geoes-tacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1) é uma parceria do Ministério da Defesa com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. O projeto envolveu invest-imentos da ordem de R\$ 2,7 bilhões que custearam, além do satélite propriamente dito, todo o segmento solo associado, bem como o acesso a tecnologias espaciais críticas, por meio de pro-gramas de absorção e de transferência de tecnologia.



O satélite possui carga útil de banda Ka, controlada pela Telebras e destinada às comunicações estratégicas do governo e ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), e outra de banda X, de uso exclusivo do Ministério da Defesa para atender às necessidades do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²).

Na banda Ka, o SGDC-1 é o único satélite brasileiro capaz de prover acesso à Internet em 100% do território e das águas jurisdicionais nacionais, a fim de promover a inclusão digital dos cidadãos brasileiros. Na banda X, o satélite contribui para o aumento da efetividade das operações militares conjuntas e interagências, incluindo regiões de fronteiras, missões de paz, atividades de Garantia da Lei e da Ordem, operações de resgate em alto mar e ainda na segurança do espaço aéreo, abrangendo o território brasileiro e seu entorno estratégico.

A absorção e a transferência de tecnologia realizadas no âmbito do Projeto do SGDC-1 atenderam, entre outras, as metas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE). Esse programa prevê a construção de outros satélites com a participação da indústria nacional. Os profissionais envolvidos, engenheiros e técnicos, aprenderam a controlar o satélite e suas cargas úteis, o que vem sendo feito a partir do Centro de Operações Espaciais (COPE), em Brasília, e do COPE secundário, no Rio de Janeiro, ambos da Aeronáutica.

DEFESA

Projetos Estratégicos

MARINHA

PROSUB - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS

Para contribuir com a defesa e soberania sobre as Águas Jurisdicionais Brasileiras, a Marinha do Brasil tem concentrado esforços no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que ampliará a capacidade operacional da Força para proteger e preservar a nossa Amazônia Azul.

Inserido no Programa Avançar do Governo Federal e sob coordenação do Comando da Marinha, o PROSUB, criado em 2008, o projeto prevê a construção de infraestrutura industrial de apoio à operação e manutenção dos submarinos, a construção de quatro submarinos convencionais e o projeto e construção do primeiro submarino com propulsão nuclear brasileiro.

Sustentado por três pilares: transferência de tecnologia, exceto na área nuclear, nacionalização de equipamentos e sistemas e capacitação de pessoal, o Programa está viabilizando o primeiro complexo industrial e de apoio logístico dedicado a meios navais com propulsão nuclear, no hemisfério sul.

Construído em uma área de 750 mil metros quadrados, o Complexo Naval de Itaguaí abriga a Infraestrutura Industrial e de Apoio, composta de uma Unidade de Fabricação de Estrutura Metálicas (UFEM), dois estaleiros, um de construção e outro de manutenção e uma base naval (EBN), um Complexo de Manutenção Especializada, duas docas secas, oficinas, áreas administrativas, 13 cais e um elevador de navios (shiplift) — com capacidade para suportar 8 mil toneladas, além de um Centro de Instrução e Adestramento para as tripulações dos submarinos.

O primeiro dos quatro Submarinos Convencionais Brasileiros (S-BR), o Submarino Riachuelo (S-40), foi lançado ao mar em 14 de dezembro de 2018. Depois virão o Humaitá (S-41), em 2020, o Tonelero (S-42), em 2021 e o Angostura (S-43), em 2022. Por fim, a Marinha deverá lançar ao mar, em 2029, o primeiro Submarino com Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR), que será batizado de “Álvaro Alberto”, uma homenagem ao Almirante que foi o pioneiro no uso da tecnologia nuclear no País.

O PROSUB garantirá ao Brasil a capacidade de projetar, construir, operar e manter seus próprios submarinos convencionais e com propulsão nuclear. Como referência à transferência de capacitação tecnológica pode ser citada a conclusão do projeto básico do submarino com propulsão nuclear (SN-BR), desenvolvido por equipe de engenheiros altamente qualificada, denominada de Corpo Técnico de Projeto do SN-BR, composto por engenheiros militares e civis da Marinha do Brasil, em janeiro do corrente ano.

A concretização do Programa fortalecerá, ainda, diversos setores da indústria nacional de importância estratégica para o desenvolvimento econômico do País. Priorizando a aquisição de componentes fabricados no Brasil, o PROSUB fomenta o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, que engloba os setores de eletrônica, mecânica (fina e pesada), eletromecânica, química e da Indústria Naval Brasileira.

Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM), Município de Itaguaí - RJ



PNM - PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA

Iniciado em 1979, o Programa Nuclear da Marinha (PMN) abrange dois grandes projetos: o domínio do ciclo do combustível nuclear e a construção do Laboratório de Geração Nucleoelétrica (LAB-GENE).

O domínio do difícil processo de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação, tecnologia de alto valor agregado, foi alcançado pela Marinha em 1988.

A partir dessa tecnologia, a Marinha passou a colaborar com as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e, desde 2000, fornece ultracentrífugas para sua planta industrial em Resende (RJ), onde é produzido o combustível nuclear para as Usinas de Angra, um bom exemplo do uso dual dessa tecnologia.

Para a sociedade, outro benefício desse Programa foi o lançamento da Pedra Fundamental do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), em junho de 2018, que tornará o Brasil autossuficiente na produção de radioisótopos – insumo fundamental para a fabricação de radiofármacos de grande importância para o tratamento de doenças em diversas áreas da Medicina, como a cardiologia, oncologia, hematologia e neurologia. Além disso, o RMB possuirá inúmeras aplicações, como a pesquisa na área nuclear.

Na mesma data foram iniciados os testes de integração dos turbogeradores do LABGENE – a primeira instalação de energia nucleoelétrica totalmente projetada no país, que será, em terra, o

MARINHA

protótipo da planta de propulsão do submarino nuclear brasileiro. Poucos países no mundo tiveram condições de conquistar, até hoje, essas tecnologias.

Outros aspectos positivos do investimento em energia nuclear são a nacionalização de processos e equipamentos industriais, as inovações decorrentes das parcerias do programa com universidades e institutos de pesquisa e a geração de empregos diretos e indiretos. Há, ainda, os reflexos diretos do programa na conquista de independência do País em tecnologias sensíveis e no desenvolvimento da indústria nacional de defesa.



Construção do primeiro submarino convencional do PROSUB (SBR-1) na UFEM, no Rio de Janeiro

PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE NAVIOS CLASSE “**TAMANDARÉ**”

A Marinha do Brasil, dando continuidade ao Programa Estratégico “Construção do Núcleo do Poder Naval”, desenvolve o Projeto de Obtenção, por construção, das Corvetas Classe “Tamandaré” (CCT). Esse projeto prevê a aquisição de quatro novas escoltas de alta capacidade militar e tecnológica, observando o estado da arte da construção da plataforma e do emprego de sensores e sistemas de armas.

A aquisição dos quatro navios militares é de suma importância para Marinha e para outros setores da sociedade, especialmente para a Base Industrial de Defesa (BID) e para o setor da indústria de construção naval brasileira. A iniciativa modernizará a Força Naval pela construção no País dos navios com importante índice de nacionalização de componentes e equipamentos.

Serão navios versáteis e de elevado poder de combate, capazes de se contrapor a múltiplas ameaças e destinados à proteção do tráfego marítimo e ao controle de áreas marítimas sob jurisdição brasileira, podendo realizar missões de defesa, aproximada ou afastada na Amazônia Azul, bem como desempenhar relevantes serviços junto aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

A Marinha entende que o País possui um grande e diversificado parque industrial, contudo, não homogêneo. Nesse sentido, o Projeto de Obtenção das CCT é uma excelente oportunidade que a MB presta, no sentido de contribuir para a maior capacitação e

competitividade da indústria nacional. Durante a análise das propostas recebidas, foi possível verificar um expressivo potencial de sucesso para o mercado nacional, tendo em vista a existência de 245 Memorandos de Entendimentos, envolvendo 150 empresas distribuídas em 10 unidades da Federação.

A análise da melhor oferta ocorreu no mês de março de 2019 e a previsão de prontificação de todo o projeto estará concluída em até oito anos, após as assinaturas contratuais. O projeto ainda contempla o gerenciamento do ciclo de vida, aí incluída a manutenção pós-venda, com o emprego de empresas instaladas no Brasil.

MARINHA



DIVULGAÇÃO / MB

Corveta Tamandaré

Projetos Estratégicos

EXÉRCITO



SISFRON

SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS

País de dimensões continentais, o Brasil tem quase 17 mil quilômetros de fronteira com 10 países sul-americanos. Atento à necessidade de fortalecer a presença do Estado na região, o Exército Brasileiro criou o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), com o duplo propósito de apoiar a defesa da integridade do território nacional contra ameaças externas e de atuar contra ilícitos transfronteiriços, a exemplo do tráfico de drogas, do contrabando e dos crimes ambientais.

Maior projeto de vigilância de fronteiras terrestres em execução no planeta, o SISFRON foi concebido para auxiliar não só as operações singulares do Exército, mas também as operações conjuntas com as demais Forças Armadas e com outras agências governamentais, nas chamadas operações interagências.

O sistema conta com o emprego de tecnologias de ponta. Com a ajuda de satélites, radares e outros sensores serão feitas varreduras territoriais enviando dados codificados para agentes que, em tempo real, poderão identificar situações ilícitas, a qualquer hora do dia ou da noite.

Além de garantir maior segurança, o Sistema promove avanços para a indústria brasileira e gera empregos no País. A maior parte dos equipamentos e tecnologias usados (70%) é de origem nacional. Apenas para a primeira fase de implantação do Sistema, já

foram gerados cerca de 390 empregos diretos e mais de 1,5 mil indiretos.

Atualmente, o projeto piloto do SISFRON está implantado em cerca de 600 quilômetros da faixa de fronteira, monitorada pela 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, no sudoeste do Mato Grosso do Sul, a partir do município de Dourados. A próxima etapa é a sua expansão nos estados do Paraná, Mato Grosso e região Norte do país.

Em maio de 2018, o Exército promoveu o Exercício de Validação Técnico Operacional. Foram empregados cerca de 500 militares e 145 viaturas durante a manobra. Além disso, foram realizados testes de sincronização do sistema de comunicações táticas, testes de oprônicos, operações diurnas e noturnas, além do emprego de radares em reconhecimentos de zona.

EXÉRCITO

GUARANI

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

“Se a Pátria querida for envolvida
pelo inimigo, na paz ou na guerra,
defende a terra contra o perigo.”

Fibra de Herói

Iniciado em 2013, o Programa Guarani foi concebido para equipar o Exército Brasileiro com moderna família de blindados sobre rodas que atendam às exigências doutrinárias e de cumprimento das missões de defesa externa e proteção da sociedade brasileira.

Além da proteção blindada, o Guarani traz valores agregados, como os sistemas de armas, de comando e controle e de comunicações por meio de transferência de tecnologia e qualificação técnica de mão de obra nacional, contribuindo também para a geração de emprego e renda.

O Programa já proporcionou a criação de 2.890 empregos diretos e indiretos e envolveu a participação de 125 empresas fornecedoras de insumos, sendo 90% de origem nacional.

EXÉRCITO

*Cerca de 90% dos
componentes utilizados
na fabricação do
Guarani são de
origem nacional*



As viaturas são integradas por modernos sistemas de armas, com capacidade de letalidade seletiva, e um flexível sistema de comando e controle, de modo a permitir sua atuação em amplo espectro nos conflitos.

A nova família de viaturas mecanizadas contempla uma subfamília média, com versões para reconhecimento, transporte de pessoal, morteiro, socorro, posto de comando, central de tiro, oficina e ambulância. Possui também uma subfamília leve, com versões para reconhecimento, anticarro, morteiro leve, radar, posto de comando e observação avançada. Concebido pelo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército, o Programa GUARANI foi desenvolvido em parceria com diversas empresas nacionais.

Em março de 2018, foi realizada a entrega da 300ª viatura de um total de 1.580 unidades que deverão estar em uso nas diferentes unidades militares até 2038.

DEFESA CIBERNÉTICA

Para garantir que informações estratégicas fluam de maneira rápida e segura, num mundo cada vez mais conectado e digitalmente vulnerável, foi criado o Programa Estratégico do Exército de Defesa Cibernética (PEEDCiber). Esse programa colocou o Brasil no restrito grupo de organizações, nacionais e internacionais, com capacidade para desenvolver medidas de proteção. As medidas têm por objetivo evitar ataques no campo cibernético, por meio de estrutura de alto nível que

envolve não só militares, mas também pessoas do meio acadêmico, de instituições de pesquisa e desenvolvimento e do setor empresarial.

Outra importante medida nesse sentido foi a criação do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), com a responsabilidade de coordenar e integrar as atividades de Defesa Cibernética no âmbito do Ministério da Defesa.

Além do estabelecimento de estruturas de Defesa Cibernética, o projeto já possibilitou o desenvolvimento nacional de importantes softwares, a exemplo do Simulador de Operações Cibernéticas (SIMOC).

O SIMOC permite que os responsáveis pela Defesa Cibernética Nacional aperfeiçoem técnicas e ferramentas para prevenir, detectar e mitigar ataques em redes de dados, identificar vulnerabilidades, criar mecanismos de proteção e capacitar pessoas.

Na área de hardwares, também há o desenvolvimento do Rádio Definido por Software (RDS) e a aquisição de supercomputadores que permitem a realização de pesquisas de alto nível.

Em 2014, portaria do Ministério da Defesa estabeleceu normas para potencializar o setor de Defesa Cibernética no País. A partir dessa nova orientação, foi criado, em 2016, o Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), que conta com oficiais e praças das três Forças Armadas.

EXÉRCITO

Projetos Estratégicos

FORÇA AÉREA



PROJETO F-X2

F-39 Gripen E/F

O Brasil compreende que a Defesa é um dos principais setores com capacidade para impulsionar o conhecimento tecnológico, aumentar a exportação de produtos com maior valor agregado e trazer benefícios à economia brasileira. Por isso, ao efetuar aquisições de equipamentos militares, o país procura adotar medidas para se tornar cada vez mais competitivo, com acordos de cooperação que possibilitem amplo crescimento tecnológico.

Nesse contexto, nasceu o Projeto F-X2 que, a partir da necessidade de reequipar a Força Aérea Brasileira (FAB) com aviões de caça, busca incorporar avanços tecnológicos importantes na Base Industrial de Defesa brasileira.

Assim como na década de 80, quando o Brasil firmou parceria histórica com a Itália no Projeto AMX, trazendo ao domínio nacional o conhecimento para produzir aviões na categoria jatos, agora um acordo de cooperação com a Suécia eleva o país a novo patamar aeroespacial.

Assinado em 2014 pela Força Aérea Brasileira, o contrato com a empresa sueca Saab prevê a aquisição de 36 aviões de caça Gripen, sendo 28 unidades monolugares (para um piloto) e oito bicolugares (para dois tripulantes). A primeira aeronave brasileira, dotada de FTI (Flight Test Instrumentation) para a condução de ensaios de desenvolvimento, voará em 2019 e os primeiros aviões de série serão entregues à FAB em 2021.

FORÇA AÉREA

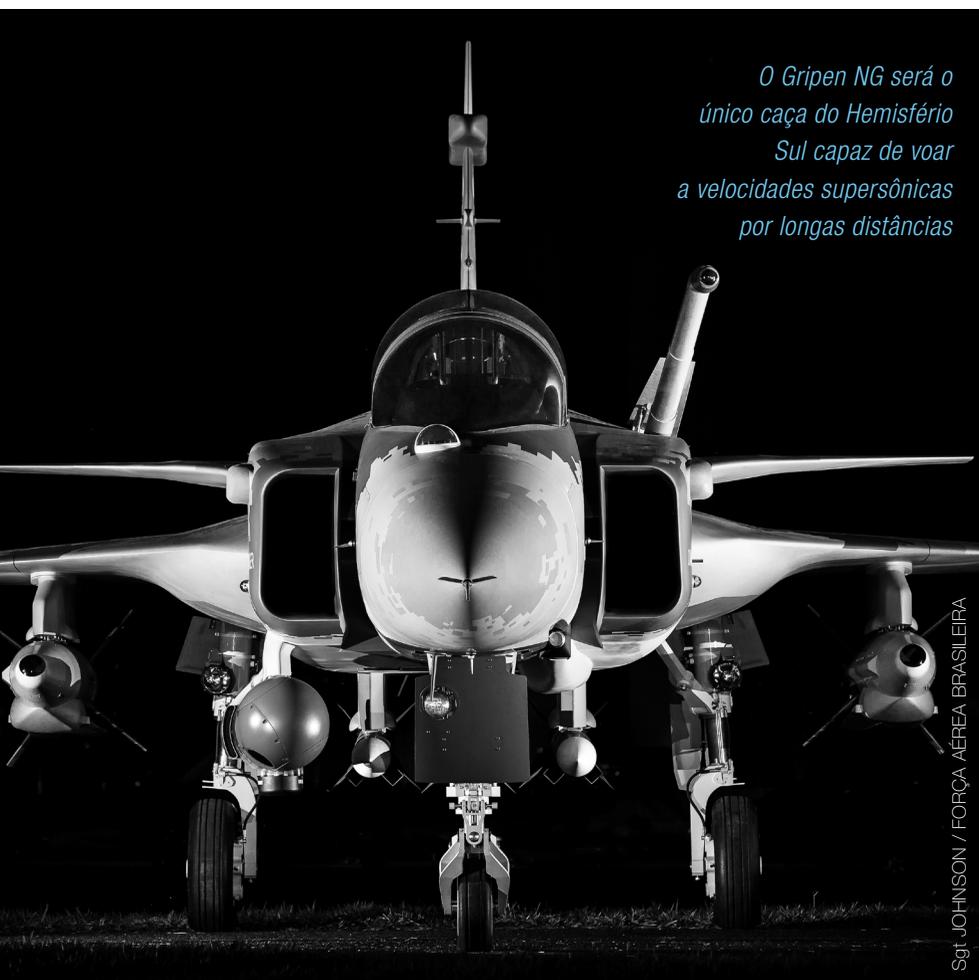
O avião supersônico multiemprego F-39 Gripen, projetado para missões ar-ar, ar-superfície (mar e solo), será utilizado pela FAB em ações de defesa aérea, ataque e reconhecimento, compreendendo medidas de policiamento do espaço aéreo e outras relacionadas ao emprego do Poder Aeroespacial.

Graças a uma filosofia estratégica de apoiar a indústria nacional, o Brasil conta atualmente com empresas capacitadas e que, por isso, puderam ser incluídas no pacote de compensações (offset) negociado pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC) com a Saab, fazendo com que a Base Industrial de Defesa também participe do desenvolvimento do Gripen.

O programa de transferência de tecnologia é composto por cerca de 60 projetos-chave. O mais expressivo é o Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen (GDDN – Gripen Design and Development Network), localizado em Gavião Peixoto (SP). A unidade é o hub de todo o desenvolvimento tecnológico do Gripen no Brasil para a Saab e a Embraer junto às empresas e instituições parceiras.

Mais de 350 profissionais brasileiros, entre engenheiros, operadores, técnicos e pilotos das empresas parceiras da Saab e da Força Aérea Brasileira participarão de cursos e treinamento on-the-job na Suécia, devidamente acompanhados e monitorados pelos técnicos suecos. Na sequência, esses profissionais serão empregados diretamente no trabalho (work package) de desenvolvimento e produção da aeronave Gripen no Brasil, em suas empresas de origem. Esse processo faz parte da transfe-

rência tecnológica, em que habilidades e conhecimentos serão adquiridos pela indústria brasileira, possibilitando a montagem final dessas aeronaves no Brasil. O contrato prevê ainda o apoio logístico e a aquisição do armamento inicial a ser empregado nas aeronaves Gripen E/F.



*O Gripen NG será o
único caça do Hemisfério
Sul capaz de voar
a velocidades supersônicas
por longas distâncias*

PROJETO KC-390

CARGUEIRO NACIONAL

Maior aeronave militar já produzida no Brasil, o KC-390 representa um marco na excelência de gerenciamento de projetos da Força Aérea Brasileira. Isso ocorre porque consegue aliar a emissão de requisitos e de pacotes de offset de maneira a impulsionar diversos setores da Base Industrial de Defesa. Ao todo, mais de 50 empresas brasileiras participam do projeto, que conta ainda com a colaboração da Argentina, de Portugal e da República Tcheca.

Considerada como a nova espinha dorsal da aviação de transporte militar no Brasil, a aeronave tem capacidade para operar nos mais diversos cenários, da floresta Amazônica às pistas de pouso na Antártida. O KC-390 realizará uma série de missões de transporte logístico e de reabastecimento em voo. Por sua capacidade de transportar até 23 toneladas, a aeronave pode ainda acomodar equipamentos de grandes dimensões, como armamentos, aeronaves semi-desmontadas e até o blindado Guarani, equipamento do Exército que será usado na proteção da gigantesca fronteira terrestre brasileira.

Em 2014, a FAB assinou o contrato de aquisição de 28 aeronaves. No início de 2015, foi realizado o voo inaugural do KC-390, dando início à fase de testes dos dois protótipos. As 28 unidades para a FAB serão entregues ao longo de oito anos. O contrato prevê o fornecimento de um pacote de suporte logístico, que inclui peças sobressalentes e manutenção.

O cargueiro nacional multimissão já nasce com grandes possibilidades de exportação para países que também precisarão, em breve,

substituir suas aeronaves desse mesmo porte. Com isso, o Brasil deverá passar a fazer parte de um nicho de mercado até então dominado por grandes empresas internacionais.

Esse projeto é resultado de um grande esforço das últimas décadas, envolvendo a FAB e a Embraer, que apostaram no investimento em ensino e pesquisa para ter, em território nacional, profissionais altamente capacitados.



*Construção do
cargueiro nacional
KC-390 na fábrica
da Embraer, em
Galvão Peixoto (SP)*

MINISTÉRIO DA DEFESA

MINISTRO DA DEFESA

Fernando Azevedo

Assessoria de Comunicação Social
Atualizado em março de 2019



***O Satélite Geoestacionário de
Defesa e Comunicações (SGDC)***

*é integralmente controlado pelo Brasil,
com uma banda de uso exclusivo militar,
preservando informações estratégicas
do governo brasileiro.*



MINISTÉRIO DA
DEFESA